

## Revisão da Vida Toda: julgamento no STF

---

*STF retoma julgamento sobre revisão da Vida Toda do INSS.*

Entre os dias 23 e 30 deste mês, o Supremo Tribunal Federal (STF) volta ao plenário virtual para analisar a revisão da vida toda do [INSS](#) (Instituto Nacional do Seguro Social).

O tema volta à pauta após decisão de março de 2024.

Na ocasião, a Corte havia invalidado a possibilidade de incluir salários anteriores a julho de 1994 no cálculo da aposentadoria, afetando milhares de segurados do INSS.

A revisão da vida toda está no centro de um debate jurídico que promete impactar a vida de muitos aposentados.

Para entender a importância dessa decisão, é fundamental conhecer os detalhes dessa revisão.

A justiça anterior permitia integrar salários mais antigos no cálculo do benefício, o que é vantajoso para muitos segurados.

### **STF analisa revisão da Vida Toda: qual é a questão principal?**

A revisão da vida toda é um pedido judicial onde o aposentado quer corrigir o benefício previdenciário usando salários de toda a sua vida laboral, antes e depois de julho de 1994.

Isso contesta a reforma da Previdência de 1999.

Os ministros do STF já decidiram que o artigo 3º da lei 8.213, que instituiu o fator previdenciário, é constitucional e obrigatório.

Assim, essa norma não pode ser ignorada para oferecer um benefício maior ao segurado.

A insatisfação reside no fato de que a regra de transição de 1999 prejudicou muitos trabalhadores que já contribuía com o [INSS](#) antes da reforma.

Eles acreditam que têm o direito de usar todos os salários no cálculo de sua aposentadoria.

### **Por que o STF voltou a julgar a questão?**

No atual julgamento, o STF vai analisar um recurso do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev).

Este recurso busca esclarecer pontos da decisão anterior, garantindo a validade das ações judiciais já ganhas.

O Ieprev deseja que a nova decisão seja aplicada apenas a partir de 21 de março de 2024, não afetando os processos que já garantiram a revisão da vida toda aos segurados.

Segundo João Badari, advogado do Ieprev, há otimismo quanto ao desfecho favorável.

Se essa solicitação for atendida, muitos aposentados poderão manter os benefícios que já conseguiram judicialmente, o que representa um alívio significativo para essa parcela da população.

### **Qual o custo da revisão da Vida Toda para o Governo?**

O governo federal alega que a revisão da vida toda poderia gerar uma despesa de até R\$ 480 bilhões ao longo dos próximos anos.

Isso incluiria o pagamento das diferenças de benefícios retroativamente.

No entanto, estudos realizados pelo Ieprev sugerem que os custos seriam consideravelmente menores, em torno de R\$ 3,1 bilhões.

Existem aproximadamente 102 mil ações válidas antes de 21 de março de 2024, metade delas com atrasados de até 60 salários mínimos, conhecidos como RPVs (Requisições de Pequeno Valor).

Distribuídos ao longo de dez anos, os cálculos do Ieprev indicam um impacto financeiro anual entre R\$ 210 e R\$ 420 milhões, totalizando cerca de R\$ 1,5 bilhão

a R\$ 3,1 bilhões no período.

### **Aposentados se mobilizam: qual será a pressão popular?**

No próximo sábado, dia 17 de janeiro de 2024, centenas de aposentados planejam uma manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo, em apoio à revisão da vida toda.

A organização do evento está sendo feita por meio das redes sociais.

A expectativa é reunir ao menos mil manifestantes, mostrando a importância da causa e pressionando o STF a manter os direitos já adquiridos pelos segurados.

Esses aposentados acreditam que a integração dos salários antigos é uma questão de justiça.

Afinal, muitos contribuíram por décadas e agora veem na revisão da vida toda uma forma de obter um benefício mais justo e condizente com suas contribuições ao longo da vida.

### **Qual será o Desfecho do Julgamento?**

A decisão do STF sobre a revisão da vida toda é aguardada com grande expectativa.

Se o recurso do Iprevid for aceito, muitos segurados poderão manter os benefícios revisados, evitando perdas financeiras significativas.

O julgamento de março de 2024 estabeleceu que o artigo 3º da Lei 9.876/1999 deve ser seguido rigorosamente por todos os órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública.

A norma não permite exceções, mesmo que a regra definitiva seja mais vantajosa para o segurado.

Muitos aposentados esperam que o STF reconheça a importância de suas contribuições e permita a inclusão de todos os salários no cálculo da aposentadoria, garantindo assim uma renda mais digna e justa.

<https://oantagonista.com.br/brasil/revisao-da-vida-toda-julgamento-no-stf/>

**Veículo:** Online -> Site -> Site O Antagonista